
A RESSIGNIFICAÇÃO DO PAPEL DO ESTADO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: IMAGENS COMPARTILHADAS POR PROFESSORAS

Vera Corrêa

*Doutora em Educação e Professora Adjunta da Faculdade de Educação/
Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

RESUMO

Os rumos da democracia e da educação pública no Brasil estão intimamente relacionados aos avanços das políticas neoliberais implementadas nas últimas décadas e à nossa capacidade de desenvolver práticas instituintes de outras hegemonias que privilegiem a ética do público e da solidariedade, no sentido da inclusão social. Como esse desafio também está baseado na necessidade de construir propostas e formas de atuação nas escolas e demais organizações da sociedade civil, ouvir os professores sobre o papel do Estado na educação pública torna-se de grande relevância. Nesse sentido, o trabalho analisa imagens compartilhadas por professoras, tecendo considerações sobre alguns desafios para a construção da cidadania.

Palavras-chave: formação de professores, educação pública, cidadania.

As reformas neoliberais redefinem a educação segundo a lógica neoliberal, isto é, transferindo-a da esfera dos direitos para a do mercado, transformando-a de direito social que o Estado deve garantir aos cidadãos – como consta a Constituição Federal – em serviço, mercadoria a ser adquirida no livre-mercado.

Trata-se de um processo em curso, com o objetivo de mudar a estrutura e o funcionamento de todos os níveis de ensino público e privado, as políticas e fontes de financiamento, o papel do governo, os objetivos da educação e suas formas etc. As reformas educacionais ditadas pelo Banco Mundial para o Brasil e vários países da América Latina representam uma proposta articulada organicamente, um pacote de medidas a partir de uma ideologia neoconservadora e neoliberal, com um viés economicista no enfoque da educação, isto é, tratando educação, cultura e política com a mesma teoria e metodologia da economia de mercado.

Essa concepção de educação nacional se funda no aspecto individualista que caracteriza o projeto neoliberal. A educação pública não pode ser pensada na dimensão de se adequar a conjunturas, pois estas são expressões efêmeras do mundo. Ela deve ser entendida como possibilidade de enfrentamento das crises históricas e construção de alternativas que sirvam como soluções para as necessidades humanas e sociais de cada tempo, ou seja, não pode submeter-se a essa transitoriedade ou à lógica do mercado. Ao contrário, o projeto de educação deve fundar-se na razão coletiva, que se contrapõe à individualista; numa educação pública financiada pelo Estado, que deve assegurar sua autonomia administrativa e de gestão. Nela, o professor tem uma função social de produção de conhecimento e de crítica social, um espaço para exercitar práticas de construções coletivas e de relações solidárias junto a seus alunos, a outros professores, a pais ou responsáveis pelos alunos, enfim, a todos aqueles que estão direta ou indiretamente envolvidos com a escola pública.

Nesse sentido, no presente trabalho procuramos situar as diferenças entre a lógica de funcionamento das organizações democráticas e a do mercado. Inicialmente, deteremo-nos nas consequências da ressignificação do papel do Estado – em face da reestruturação neoliberal – para as esferas econômico-sociais, culturais, ético-políticas e educacionais. A seguir, analisaremos algumas

das imagens compartilhadas pelas professoras sobre os deveres do Estado na educação, as quais provavelmente orientam suas práticas pedagógicas, tecendo considerações sobre a importância de des-construir a hegemonia do neoliberalismo, como parte dos desafios a serem enfrentados para a construção da cidadania.

DIFERENÇAS ENTRE AS LÓGICAS DA DEMOCRACIA E AS DO MERCADO

As relações entre Estado/sociedade e mercado/democracia são complexas e, historicamente, não são harmônicas. Devem-se desvelar as diferenças entre as lógicas subjacentes às mesmas (Borón, 1996).

A lógica de funcionamento de organizações democráticas funda-se no poder social e político de cada sociedade. Trata-se de uma lógica ascendente e extensiva; um processo político de intervenção direta dos cidadãos, por meio de sistemas de representação e delegação, que culmina na constituição de uma autoridade política. Enquanto se desenvolve nas diferentes esferas da vida humana e social, vai ampliando o contingente de pessoas que passam a participar do processo. No que se refere à cidadania, quanto mais desenvolvida uma sociedade é, mais inclusiva deveria ser. Porém, isso ainda constitui uma utopia.

A lógica de funcionamento do mercado, ao contrário, funda-se no poder dos grupos dominantes de cada sociedade, os quais dele se beneficiam. Trata-se de uma lógica descendente e excludente. Diante do mercado, compradores e vendedores não são iguais. Se o Estado não garante os direitos sociais nas esferas do mercado e do privado, como falar em cidadania, conceito considerado pernicioso na visão neoliberal, por colocar todos em igualdade de condições?

Enquanto a lógica da democracia está fundamentada no consenso, na vontade coletiva, o mercado se baseia na competitividade. Os valores inerentes à democracia são, dentre outros, a justiça, a participação e a construção do bem comum. Os inerentes ao mercado são fundamentalmente diferentes, pois o interesse individual prevalece sobre o coletivo.

Portanto, pode-se afirmar que no modelo neoliberal a lógica do mercado emerge com força ameaçadora, no sentido de estruturar as relações sociais e políticas. Como indicam várias análises, essa tendência surge de modo diferente de outras tendências liberais, por causa de sua ótica marcadamente utilitarista e individualista do comportamento humano. Sua ética baseia-se na tendência natural de o homem buscar sua própria felicidade num movimento atomizado, individualizado, que contraditoriamente é apontado como capaz de levar a um “equilíbrio” dentro da sociedade e de gerar um aumento do “bem-estar de todos”.

A RESSIGNIFICAÇÃO DO PAPEL DO ESTADO

A tendência de globalização da economia mundial – que assume caráter cada vez mais excludente, sobretudo pelos ajustes neoliberais e pelo monopólio dos avanços científicos e tecnológicos – impôs profundas transformações nas relações internacionais, econômicas e políticas, especialmente nos últimos vinte anos.¹

¹*O surgimento e a posterior hegemonia mundial do neoliberalismo, como uma forma de acumulação flexível do capital e uma ideologia que perdura até os dias atuais, marcam o fim do modelo industrial fordista e do modelo político-*

Como analisar a ressignificação do papel do Estado em face da reestruturação neoliberal, no contexto da globalização?

No presente trabalho, partimos de alguns pressupostos.

Em primeiro lugar, a globalização não é apenas mais um dos fenômenos que existem “lá fora”, pois invade os contextos locais, reconfigurando-os por meio de novas formas de identidades culturais. A influência dessa reestruturação pode ser reconhecida na reconfiguração e/ou intensificação das desigualdades sociais, econômicas e culturais de cada Estado. No entanto, as relações entre educação e globalização são extremamente complexas, inclusive pelas tensões entre o local e o global, ou seja, a necessidade de atender às particularidades locais e a necessidade de considerar as dimensões mais gerais das políticas educacionais contemporâneas em nível global, em suas convergências e divergências. Porém, cabe ressaltar nossa preocupação com a globalização dos discursos ideológicos de uma determinada retórica neoliberal, ou “discurso único” que pretende determinar as políticas educacionais em nível nacional, no sentido de submeter a educação ao econômico e, conseqüentemente, transformá-la em mercadoria, em produto vendável. Nessa lógica, emerge a cultura empresarial, o cultivo dos sujeitos empresariais em busca do lucro que as várias ofertas educacionais podem oferecer, algumas prometendo maior eficácia do que as outras, competindo no livre mercado.

Em segundo lugar, o neoliberalismo se converteu em conceito muito amplo, no qual se incluem vários movimentos, escolas ou tendências, dependendo do ponto de vista adotado nas análises realizadas. Do ponto de vista político-ideológico, neoliberalismo é uma “superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo moderno” (Therborn, 1995a, p. 39). Na prática política, constitui um conjunto particular de receitas econômicas e programas políticos implementados a partir da década de 1970, inspirados inicialmente em duas obras: *O caminho da servidão*, escrito em 1944 pelo representante mais importante da Escola de Viena, Friedrich Hayek (1987), e *Capitalismo e liberdade*, de Milton Friedman (1977).

O neoliberalismo é também um corpo de doutrina coerente, “autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional” (Anderson, 1995, p. 22). Ou seja: um programa de reformas e ajustes estruturais de efeito ampliado pelo monopólio da ciência e das novas tecnologias, o que possibilitou uma expansão do capital até atingir a atual etapa de globalização.

De acordo com Therborn, o neoliberalismo, em sua forma doutrinária, como projeto ideológico e político, está em declínio, mesmo que ainda seja a doutrina econômica predominante. Por outro lado, discordando de Therborn, Anderson acredita que ainda há uma hegemonia neoliberal, de modo que o neoliberalismo foi e continua sendo uma doutrina completa e coerente, isto é, um conjunto de idéias que fixam os parâmetros de toda política econômica. Porém, ambos concordam no que diz respeito à incapacidade de este programa realizar os resultados por ele prometidos.

econômico keynesiano. O modelo fordista foi sendo substituído na esfera econômica pela terceirização, desregulação, predomínio do capital financeiro, dispersão e fragmentação da produção, centralização e velocidade da informação, e velocidade das mudanças tecnológicas. Por sua vez, o modelo keynesiano do Estado do Bem-Estar Social foi condenado pela política neoliberal, que, em seu lugar, criou o Estado mínimo, a desregulação do mercado, a competitividade e a privatização da esfera pública. Portanto, temos um modelo econômico e político que, no plano da ideologia, materializa-se no predomínio do fetichismo da mercadoria; no plano econômico e social, traduz-se no processo crescente de exclusão social, a partir da exclusão econômica e social da classe trabalhadora; e, no plano das teorias, na crise da razão.

Por meio das análises críticas sobre a ressignificação do papel do Estado no contexto das reformas neoliberais, podemos perceber que:²

- ◆ os Estados periféricos endividados perderam a capacidade de investimento e as condições de governabilidade;
- ◆ setor público (Estado) é responsável pela crise porque é ineficiente, e o setor privado detém as virtudes da eficiência, qualidade, equidade. O Estado deve ser mínimo, diminuindo sua intervenção na economia e na regulação do mercado;
- ◆ descentralizar, desregular e privatizar são medidas urgentes e necessárias para promover as reformas que tornarão o Estado mínimo e ágil, e o mercado, legítimo definidor das relações humanas e sociais;
- ◆ as leis de mercado são os melhores instrumentos para regular os interesses e as relações sociais porque o fazem de forma livre, equânime, equilibrada e justa, visto que o princípio e o processo de busca da igualdade social só promovem a servidão humana – tese que constitui a base teórico-ideológica do neoliberalismo;
- ◆ a igualdade leva à servidão humana, e a liberdade de mercado, à prosperidade.

Assim, a visão neoliberal de governabilidade assume uma forma circular ao apontar as reformas neoliberais como condição indispensável à governabilidade dos Estados endividados, assim como essa governabilidade como decorrência de tais reformas.

O Estado neoliberal deve ser mínimo em suas funções reguladoras sobre o mercado, ao mesmo tempo em que são reduzidas ou anuladas suas obrigações sociais, numa tendência de esvaziamento dos Estados nacionais que se vem configurando nos processos de desenvolvimento. Estamos perdendo nossos direitos sociais à cidadania, com a hegemonia do “discurso único” de que não há outra saída para a crise pela qual passamos.

ALGUMAS CONSEQÜÊNCIAS DA REESTRUTURAÇÃO DO ESTADO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

Com unanimidade, as escolas e/ou movimentos de tendências neoliberais passaram a pregar a centralidade do econômico como elemento estruturador das relações sociais, ou seja, a utilização das categorias econômicas para analisar as relações sociais, o papel do Estado e da política. Na realidade, isso significa que essa categoria passou a definir limites e possibilidades para o funcionamento das sociedades, as quais devem ser derivadas e regidas pela lógica do econômico. Somente seu êxito garantirá o funcionamento do sistema de livre-mercado e das sociedades livres, que pretende converter-se no fundamento de uma nova ordem internacional por meio da centralização e monopólio dos avanços científicos e tecnológicos obtidos pelos países centrais, mesmo que, assim procedendo, a maioria dos países periféricos, especialmente os mais pobres, sejam excluídos e duramente penalizados.

De acordo com Frigotto (1995), as regras da globalização subordinada, articulada e comandada pelos centros hegemônicos consistem fundamentalmente na desregulação, descentraliza-

²Ver, dentre outros: Hobsbawm (1992), Therborn (1995), Anderson (1995), Borón (1995). No Brasil, Singer (1996), Fiori (1995), Sader (1995), Frigotto (1995), Gentili (1998).

ção/autonomia e privatização.³ Quais as conseqüências que essas mudanças acarretam nas esferas econômico-sociais, culturais, ético-políticas e educacionais?

NA ESFERA ECONÔMICO-SOCIAL

A globalização e as reformas neoliberais produziram uma nova ordem econômica mundial, supranacional e enfraquecedora dos Estados. A economia mundializada passou a se mover livremente segundo a “mão invisível” do mercado, mas com um rígido controle da produção e da circulação de mercadorias em nível mundial, de modo a garantir a concentração de riqueza nos países que criaram esta concepção.

Os impactos dessa nova ordem econômica mundial no funcionamento e na legitimidade político-institucional dos sistemas partidários e das representações parlamentares nos mostram que este sistema poderá diluir-se como uma “geléia” ou “mesmice ideológica”. De um lado, já se verifica no Brasil o que vem acontecendo em outros países, como é o caso da desmobilização das milícias partidárias, a mídia substituindo em parte os partidos políticos e um desencantamento até com o próprio processo eleitoral; por outro lado, emergem variados movimentos de resistência ao “discurso único” em diversos países.

Os diagnósticos e as receitas neoliberais para a crise não a solucionaram; ao contrário, contribuíram para seu agravamento. Apesar disso, tais diagnósticos e receitas seguem na mesma direção, isto é, o Banco Mundial reafirma a correção dessas políticas e propõe o aprofundamento do processo de desregulamentação e abertura econômica.

NA ESFERA CULTURAL E ÉTICO-POLÍTICA

A ideologia neoliberal tem procurado veicular seu ideário a fim de penetrar nas consciências das pessoas para ressignificar seu modo de interpretar a realidade e, como um de seus corolários, de se relacionar e de se organizar socialmente.

Integram esse receituário de doutrinação neoliberal sistemática das consciências algumas verdades que consideram o sistema capitalista como o único viável, possível e historicamente comprovado. Isso prova – diz o discurso neoliberal – que Hayek (1980, 1987) tinha razão: a igualdade leva à servidão, e a liberdade de mercado, à prosperidade. Como seus corolários, no livre-mercado todos são iguais e os melhores são os que vencem, naturalmente selecionados pela competência e produtividade. Assim, só resta uma solução por intermédio do mercado globalizado: o ajuste neoliberal como superestrutura do processo de globalização. Além de inevitável, é o único caminho de que dispomos para compartilhar da modernidade.

Todavia, as leis do mercado nada têm de naturais. Ao contrário, servem como pretexto para naturalizar a exclusão de uma esmagadora maioria, numa espécie de exclusão sem culpa. Podem estimular o desenvolvimento de uma cultura individualista, narcísica, e justificar a “lei do mais forte”.

³Vários autores, como Hobsbawm (*op. cit.*), Anderson (*op. cit.*), Therborn (*op. cit.*), Borón (*op. cit.*), Wallerstein (1995), Frigotto (*op. cit.*) e Gentili (*op. cit.*), têm analisado as conseqüências do ajustamento econômico e das reformas estruturais neoliberais.

A hegemonia do ideário neoliberal pode ter contribuído para o desenvolvimento do consumismo e do hedonismo, mas devem-se considerar outras análises que apontam para uma crise de identidade do sujeito. O homem da sociedade moderna tinha uma identidade bem definida e localizada em determinado contexto social e cultural. Uma mudança estrutural está colocando em crise tal identidade. As identidades culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade estão sendo fragmentadas e deslocadas.⁴

Constatar que a tendência dominante na vida atual é o privatismo – em oposição ao público, ao comunitário, ao universal partilhado por todos – significa admitir a possibilidade da existência de valores liberais introjetados nas consciências das pessoas, como novos determinantes no processo de “coisificação” das relações sociais no interior da dialética do capital e do trabalho.

Isso significaria uma transformação no padrão de interpretação da realidade e nas manifestações de práticas sociais? Como pensar as mediações entre economia e cultura em sociedades antes estruturadas e ordenadas e, na atualidade, profundamente abaladas com a investida neoliberal sobre as bases constitutivas dos Estados? A cultura individualista deslocaria as relações intra-societárias e entre sociedades a ponto de não haver mais lugar para o social na nova dimensão transsocietária da vida social assumida nesta fase do capitalismo globalizado? Seria um desvario temer que o individualismo e o privatismo possam apontar, no limite, para a privatização da emancipação, o homem emancipar-se de si mesmo?

NA ESFERA EDUCACIONAL

A reforma educativa passou a ser entendida como restrita a uma reforma do sistema escolar, o qual precisa ser urgentemente mudado. Essa visão de melhoria da qualidade da educação sugerida pelo Banco Mundial está produzindo um efeito inverso porque reforça as tendências ideológicas prevalentes, mantendo as condições objetivas e subjetivas que respondem pela ineficiência, má qualidade e desigualdade no sistema escolar. Isso ocorre também devido às condições de recepção, negociação e aplicação dessas políticas face aos contextos econômico-sociais e educacionais de cada país.

Quais as propostas de educação básica, de formação, qualificação e requalificação profissional requeridas nesse contexto sem políticas de emprego e renda que desloca toda a responsabilidade social para o indivíduo, ou seja, para o plano individual?

De acordo com o Banco Mundial e outros organismos internacionais, esses parâmetros devem ser definidos na ótica do mundo produtivo; devem constituir uma educação e formação que desenvolvam “habilidades básicas no plano do conhecimento, das atitudes e dos valores, produzindo competências para a gestão da qualidade, para a produtividade e competitividade e, conseqüentemente, para a empregabilidade” (Frigotto, 1998, p. 45). Significa a “flexibilidade”, estar disponível para qualquer mudança em seu emprego ou de emprego, sem garantia alguma. Na realidade, o

⁴O sujeito pós-moderno não tem uma identidade fixa, unificada, estável, e sim várias identidades, por vezes contraditórias, que ele assume em diferentes momentos (Hall, 1997). O novo cenário é de um mundo plural de ações, movimentos, grupos, organizações fragmentadas que unem pessoas em torno de interesses de várias ordens: ecologia, etnia, gênero, sexualidade, espiritualidade, paz, cidadania. Não há uma unidade nessa multiplicidade de organizações e ações. Talvez essa seja uma das tarefas de um novo fazer político, neste início de milênio, para ir além das análises e das críticas, necessárias porém não suficientes.

papel da educação neste contexto é “produzir cidadãos que não lutem por seus direitos e pela desalienação do e no trabalho, mas cidadãos ‘participativos’, não mais trabalhadores, mas colaboradores e adeptos do consenso passivo” (idem, p. 48).

Na prática, porém, essas reformas estão promovendo um progressivo desmonte do ensino público no Brasil – da escola pública à universidade –, que é visto como um problema administrativo para o qual são adotadas políticas equivocadas de flexibilização, sinônimos de perda de direitos adquiridos.

Na esfera ético-política, essas reformas redefinem a educação, passando-a de direito social para mercadoria. Tal medida mercantiliza ou privatiza a educação por meio de descentralização, municipalização, parcerias/cooperativas, até privatização (Frigotto, 1995). Nas esferas teórica e epistemológica, as reformas subordinam a educação e o conhecimento à lógica da produção e do mercado. Como seus corolários, temos as concepções e práticas dualistas, fragmentárias, de caráter etnocêntrico, que reforçam as dicotomias teoria e prática, técnica e política, conhecimento geral e específico.

Cabe indagar: O que pensam os professores sobre essas questões? Quais as representações sobre os deveres do Estado na educação pública que orientam suas práticas pedagógicas e políticas na escola pública e nas relações sociais das quais participam?

DEVERES DO ESTADO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: IMAGENS COMPARTILHADAS

Nos depoimentos das professoras, encontramos várias abordagens sobre os deveres do Estado na educação pública. Para conhecermos algumas das imagens compartilhadas por esse grupo social, as quais provavelmente orientam suas práticas pedagógicas, selecionamos, dentre outras, duas questões: que funções o Estado deve desempenhar na educação pública e se ele desempenha essas funções em nossa sociedade.⁵

De acordo com as professoras entrevistadas, o Estado deve desempenhar várias funções na educação pública, como parte de seus deveres em relação aos cidadãos numa sociedade democrática. Destacaram, de diferentes formas, que as responsabilidades do Estado na educação dizem respeito à formação educacional para todos os cidadãos, garantindo o acesso destes ao ensino público, gratuito, com a mesma qualidade em todos os seus níveis. Porém, poucas professoras afirmaram que, além de garantir verbas para a educação, o Estado deveria empenhar-se mais em repassá-las, fiscalizar sua aplicação, fazendo com que esses recursos cheguem até a escola pública.

Algumas professoras ressaltaram a importância de esclarecer à comunidade escolar que a gratuidade da educação pública não é uma doação do Estado, uma vez que estes recursos vêm dos impostos que todos pagam. Em nosso entendimento, essa questão é relevante porque cabe a todos os cidadãos, especialmente aos pais e alunos, terem um envolvimento maior em relação à escola pública, cobrando dos governantes uma escola de qualidade. Isso não deve ser uma tarefa restrita somente aos profissionais que trabalham na escola.

⁵Desenvolvemos o estudo mediante entrevistas, individuais e em grupos, com professoras que lecionam nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas públicas do município do Rio de Janeiro, por considerarmos sua representatividade no universo pesquisado. A pesquisa foi realizada com a participação de alunos da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no final do ano de 1999 e início de 2000.

As responsabilidades do Estado para com os professores, de acordo com as falas das professoras, dizem respeito a uma série de questões surgidas isoladamente nos depoimentos: educação continuada em serviço, aperfeiçoamento constante por meio de cursos periódicos, melhores condições de trabalho e remuneração adequada. Enfatizaram que esta seria uma forma de o Estado valorizar os profissionais da educação, incentivando-os a melhorar o desempenho, tal como nos mostra o discurso da professora Laura:⁶

Proporcionar melhores condições de trabalho e preparo para os educadores para que possam administrar um ensino de qualidade. Ao Estado caberia a função de oferecer cursos de aperfeiçoamento para que os mesmos possam estar sempre se reciclando, deveria pagar bem e nas datas certas seus professores para não provocar desânimo, e deveria colocar menos alunos por professor.

As responsabilidades do Estado para com os alunos, além das acima explicitadas, foram indicadas pelas professoras como sendo as de incentivar a ida dos alunos à escola e o fornecimento do material pedagógico e da merenda escolar. Houve referência à tarefa de garantir a qualidade do ensino, mas não explicitaram como deveria ser essa qualidade, exceto Marlene, cuja visão engloba apenas aspectos de um conteúdo programático mínimo, capaz de aprovar o aluno no vestibular.

As responsabilidades do Estado para com a escola pública dizem respeito às condições necessárias para mantê-la funcionando, além de construir mais e melhores unidades escolares, sendo a fala de Nara bem representativa nesse sentido, ao afirmar que o Estado deveria

caminhar lado a lado com a escola, para poder proporcionar melhores condições de trabalho aos profissionais de ensino e deveria colocar menos alunos por professor. Ele deveria garantir o sucesso do processo ensino-aprendizagem em toda a sua abrangência, fornecendo os recursos necessários, sejam financeiros, materiais, intelectuais, de aproveitamento e aperfeiçoamento dos profissionais que nele trabalham.

A importância de a autonomia da escola pública ser respeitada e garantida foi destacada apenas na fala de Úrsula, quando nos disse que “o Estado deveria apoiar projetos educacionais para que o ensino possa se tornar mais eficiente, devido à falta de recursos e de preparo de seus professores”.

Em nossa sociedade, porém, o Estado não desempenha estas funções na educação pública, de acordo com as professoras entrevistadas, cujas falas se detiveram na escola pública onde trabalham. Nesse sentido, destacaram a desvalorização do magistério, o desprestígio social, o abandono das escolas públicas existentes, a falta de vagas, o “despreparo” dos professores, a baixa remuneração, a corrupção no desvio e/ou uso indevido das verbas destinadas à escola pública.

Cabe lembrar que, no marco da reestruturação neoliberal, opera-se também uma reforma do Estado no sentido de torná-lo um Estado mínimo, que interfira apenas o suficiente para garantir o processo de reprodução do capital, mas, ao mesmo tempo, um Estado forte, que garanta o cumprimento das leis necessárias à livre competição, regulada pela “mão invisível” do livre-mercado. O setor público é responsabilizado pela crise e ineficiência; o mercado e o setor privado são portadores de eficiência, qualidade, produtividade e equidade.

As profundas transformações ocorridas em âmbito mundial nas funções e estrutura do Estado e no mundo do trabalho têm determinado novas formas de gestão e de organização, que tam-

⁶As professoras entrevistadas foram indicadas por meio de pseudônimos por nós atribuídos.

bém estão atingindo, de forma especial, a educação pública. Assim, procuramos aprofundar nossa compreensão sobre o entendimento das professoras no que se refere à influência do neoliberalismo na educação e indagamos: O neoliberalismo afeta a escola pública?

Os depoimentos são divergentes. Algumas educadoras, como Cláudia, consideram a proposta de criar um tipo de “apadrinhamento das escolas” pela iniciativa privada, desenvolvida pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, como sendo positiva para a melhoria da escola pública.

Outras, como Gláucia e Laura, temem que medidas dessa natureza possam ser utilizadas pelo governo para privatizar as escolas públicas e que a educação possa vir a ser “vendida” como um produto. Olga nos disse que o desenvolvimento da sociedade e o progresso do país dependem da educação, “de um povo mais esclarecido, o que parece não ser do interesse de nossos governantes”. Para ela, neoliberalismo significa cortes na área da educação, como o atual governo de Fernando Henrique Cardoso vem realizando.

Nessa mesma direção, Tatiana nos falou do sucateamento das escolas, de suas angústias para sobreviver com a defasagem salarial, das dificuldades enfrentadas com turmas cada vez maiores, dos novos problemas que enfrenta, para os quais ainda não tem resposta, gerando um clima de tensão, angústia e impotência. O depoimento de Rita nos pareceu sintetizar melhor a visão dessas professoras sobre o neoliberalismo e a escola pública:

O neoliberalismo afeta a escola pública por causa do projeto: o projeto neoliberal é exatamente esse projeto de o governo se isentar de sua responsabilidade para com a escola. Onde, por exemplo, hoje em dia esse governo neoliberal que a gente vem vivendo, esse modelo, onde se diz que se tem de dar uma atenção especial ao ensino básico, que é uma atenção falsa, de chegar e falar: “Vamos botar todo mundo na escola, toda criança na escola”. Aí, você coloca e não dá assistência, não dá infra-estrutura.

Assim, as falas das professoras não expressaram uma concepção de neoliberalismo fundamentada em uma discussão política mais aprofundada, porém revelaram como algumas já perceberam sua influência em suas vidas pessoais e profissionais.

Algumas relataram certas mudanças que afetaram a escola pública, embora ainda não tenham sido capazes de fazer uma análise mais consistente dessas questões, utilizando o termo neoliberalismo de acordo com o senso comum e como tem sido disseminado pela mídia. Demonstraram uma compreensão de como a escola pública tem mudado, mas sem formular uma crítica mais penetrante do caráter neoliberal de tais medidas e da grande relevância de sua implementação para a garantia da hegemonia desse modelo de sociedade.

As imagens compartilhadas pelas professoras sobre os deveres do Estado para com a educação pública expressam suas formas de resistência às suas condições de trabalho e às formas específicas de organização do processo de trabalho na escola pública – por meio das relações de poder e controle que o Estado exerce sobre a escola e em seu interior, de fora para dentro –, as quais são, em última análise, determinadas pelo Estado, como empregador dessa força de trabalho docente. Tais dificuldades, que impedem a materialização da prática pedagógica que idealizaram, geram uma grande frustração, descrita de diferentes formas pelas professoras. Contudo, parece que as contradições entre esquemas explicativos individuais e construção dos espaços coletivos pela ação ainda não foram percebidas. Recuperar a relação entre espaço privado e público nos parece de fundamental importância para as professoras, uma vez que estas tomam a si mesmas a tarefa de orientar seus

alunos para a construção da cidadania – o que requer que se constituam como sujeitos coletivos e, portanto, políticos, mediante o discurso e a ação. Caso contrário, como seria essa “cidadania”, conceito que foi re-significado pela retórica do neoliberalismo? Em nome de que ela se institui?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No sentido de des-construir a hegemonia do neoliberalismo, apontamos, dentre outras, algumas iniciativas julgadas importantes por nós, ainda que não sejam suficientes.

Em primeiro lugar, situamos a importância da compreensão de que a continuidade do neoliberalismo depende não do caráter unitário de seu projeto político, mas de sua articulação com o processo mais abrangente de mudança estrutural em curso no mundo capitalista, em especial as relações entre mercado e Estado e entre empresas e mercados. É necessário não reduzir essas mudanças a um produto político ou a efeito de uma ideologia neoliberal, uma vez que tais transformações resultam de uma ampla e complexa configuração de forças e das relações dialéticas existentes entre elas.

Em segundo lugar, assinalamos o desvelamento do processo de construção da hegemonia do neoliberalismo, tal como foi elaborado e difundido por seus intelectuais orgânicos. Trata-se de compreender como estes desenvolveram suas formas de fazer a política do convencimento próprio e do convencimento dos outros, para construir e assegurar sua hegemonia por intermédio da legitimação, mantendo a dominação.

Em terceiro lugar, assinalamos a afirmação do sentido político da educação, questionando toda tendência fundada na visão meramente técnica e instrumental. Significa desenvolver uma prática pedagógica política que se contraponha à visão reducionista neoliberal de escola pública, de universidade e de cidadania, por entender que a hegemonia do neoliberalismo se concretiza e atinge seus objetivos quando se transforma em senso comum e se naturaliza, ou seja, quando passamos a ver globalização excludente e reestruturação neoliberal como realidades inevitáveis. Nessa lógica, essa vida humana e social é a única forma de sociabilidade humana possível, não havendo espaço para outras opções políticas.

Em quarto lugar, situamos a importância da participação política autônoma, coletiva e consciente nos movimentos sindicais e sociais que se baseiam na reafirmação/ampliação dos espaços públicos, na educação como um direito social. Trata-se de promover uma ética do público e da solidariedade que se contraponha ao critério mercantil que promove o individualismo, desmobiliza ações de solidariedade e de participação social, porém tranquiliza a consciência, já que a lógica do modelo é considerada a lógica da natureza: vence o mais capaz. A complexidade e a lógica desse modelo não são visíveis, havendo o risco de se tender a um reducionismo em sua análise. Não se pode desprezar o fato de que o papel hegemônico da ideologia neoliberal constitui um processo em curso fundamentado nos elementos de uma realidade que também lhe dá condições de sustentação.

Os encontros em grupo com as professoras confirmaram a importância da discussão como uma das formas de desenvolver um olhar mais crítico e político sobre suas vidas e seus trabalhos, a fim de apreender suas relações com outras esferas da dinâmica social, em determinado contexto histórico e social. Tivemos oportunidade de perceber como essas professoras interagem na dinâmica da conversação, no encadeamento dos assuntos, na argumentação usada na defesa de suas posturas. Elas trocaram experiências a respeito de sua vida pessoal e de sua prática pedagógica, influenciando e/ou sendo influenciadas, confirmando e/ou negando, contrapondo-se, formando suas visões da di-

nâmica social e da situação educacional. Daí a importância de garantir esses encontros nas escolas públicas, tanto no sentido acima aludido, como reconhecendo as potencialidades inovadoras desse pensar em grupo de professores, enquanto sujeitos da inovação da escola pública, incluindo-se aí todos os profissionais da escola, alunos e famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, P. "Balanço do neoliberalismo". In: GENTILI, P. e SADER, E. (orgs.). *Pós neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 9-38.
- BORÓN, A. "A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal". In: *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 63-138.
- _____. *Neoliberalismo, descomposición estatal y decadencia de la democracia em America Latina*. Buenos Aires: Eural, 1996.
- CORREIA, V. *Formação da consciência política do professor, em tempos de globalização e neoliberalismo*. Tese de doutorado em Educação. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999.
- _____. *Globalização e neoliberalismo: o que isso tem a ver com você, professor?* Rio de Janeiro: Quartet, 2000.
- FIORI, J. L. "A governabilidade democrática na nova ordem econômica". *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: nº 43, nov. 1995, pp. 157-72.
- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1977.
- FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. (org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998, pp. 13-54.
- GENTILI, P. *A falsificação do consenso. Simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HALL, S. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.
- HAYEK, F. *Liberdade de escolher*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- _____. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.
- HOBBSBAWM, E. "Renascendo das cinzas". In: BLACKBURN, R. (org.). *Depois da queda. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, pp. 255-70.
- IANNI, O. *A dialética da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- SADER, E. (org.). *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- SINGER, P. "Globalização, Estado e universidade". In: *Anais do Seminário Globalização e Estado: Universidade em Mudança*. Curitiba: UFPR – Setor de Educação e SENAI/PR, 1996, pp. 1-28.
- THERBORN, G. "A crise e o futuro do capitalismo". In: GENTILI, P. e SADER, E. (orgs.). *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 39-62.
- WALLERSTEIN, I. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. "As agonias do liberalismo: as esperanças para o progresso". In: SADER, E. (org.). *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, pp. 31-50.

RESUMEN

Los destinos de la democracia y de la educación pública están relacionados de forma muy estrecha con los avances de las políticas neoliberales impartidas en las últimas décadas y con nuestra capacidad de desarrollar prácticas instituyentes de otras hegemonías que privilegien la ética del público y de la solidaridad, visando a la inclusión social. Como tal desafío también se asienta en la necesidad de construir propuestas y modos de actuación en las escuelas y demás organizaciones de la sociedad civil, oír los profesores sobre el papel del Estado en la educación pública tornase de grande relevancia. A partir de ahí, el trabajo analiza las imágenes compartidas por la profesoras, tejiendo consideraciones sobre unos de los desafíos para la construcción de la ciudadanía.

Palabras-clave: *formación de profesores, educación pública, ciudadanía.*

ABSTRACT

The directions of democracy and public education in Brazil are intimately related to the progresses of the neo-liberal politics implemented in the last decades and our capacity of developing new practices of other hegemonies that privilege the ethics of the public and of solidarity, in the meaning of the social inclusion. Since this challenge is also based on the need of building suggestions and ways of performance in the schools and other organizations of the civil society, it is extremely relevant to hear the teachers about the paper of the State in public education. In that sense, this work analyzes images shared by the teachers, weaving considerations on some challenges for the construction of citizenship.

Keywords: *teachers' formation, public education, citizenship.*